

Em 2007 os fluxos globais de IDE atingiram nível recorde. Estes aumentaram em 29,9% sobre 2006, atingindo recorde de US\$ 1,833 trilhão. O estoque de IDE alcançou US\$ 15 trilhões. O faturamento de empresas transnacionais foi de US\$ 31 trilhões, um crescimento de 23% sobre 2006. O número de empregos em 79 mil empresas transnacionais superou 82 milhões. O Brasil se beneficiou largamente desse movimento: o IDE para o Brasil cresceu em 83,7% ante 2006, para o recorde de US\$ 34,6 bi. Essa taxa de crescimento foi quase 3 vezes maior que a do IDE no Mundo. Estes fluxos para o Brasil cresceram mais rapidamente do que investimentos nacionais, elevando a relação entre IDE e formação bruta de capital fixo para 15%, taxa superior à média mundial. A partir de agora, entretanto, esse cenário benigno deve se reverter. A combinação de retração do crédito, preços de *commodities* em queda e desaceleração da atividade econômica já provocam inflexão acentuada dos fluxos globais de capitais. A economia brasileira não estará imune a esse cenário de retração e terá de disputar com outros países por investimentos diretos. E isso ocorrerá justamente em um momento de deterioração do seu saldo em transações correntes. Diante disso, mais do nunca se tornam necessárias políticas públicas voltadas para atração e manutenção de IDE para o país.

## Boletim da SOBEET

Rua Joaquim Floriano, 101 - cj. 905  
04534-010 - São Paulo - SP - Brasil  
tel/fax: 55 11 3078-9236  
e-mail: [sobeet@sobeet.org.br](mailto:sobeet@sobeet.org.br)  
site: [www.sobeet.org.br](http://www.sobeet.org.br)

## CONTRAÇÃO DE FLUXOS GLOBAIS DE CAPITAIS REFORÇA NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

Nos primeiros nove meses de 2008 os investimentos diretos estrangeiros (IDE) atingem US\$ 30,8 bilhões. Trata-se do maior valor já registrado nos primeiros 3 trimestres do ano em toda a série histórica do Banco Central, iniciada em 1947. Dado este recorde, mesmo se nos 3 últimos meses remanescentes deste ano esta média mensal for reduzida para menos da metade do observado nos primeiros 3 trimestres do ano, teremos a repetição do volume ingressado de IDE no Brasil em 2007, de US\$ 34,6 bilhões. Ou seja, no ano de 2008 os ingressos de IDE no Brasil poderão ultrapassar o nível recorde de 2007. Mas o que mais surpreende neste vigor dos ingressos de IDE é que este ocorre em meio ao aumento da aversão global ao risco e à intensificação do ajuste global de liquidez. Trata-se de uma contração nada irrelevante do ponto de vista dos fluxos globais de capitais. Segundo estimativa da OCDE, organização de países responsáveis por 86% do IDE no Mundo, seus fluxos de saída de IDE em 2008 podem se reduzir em 37% ante 2007.

Esse vigor dos fluxos de entrada de IDE no Brasil, a despeito da contração global dos fluxos de capitais, indica que o Brasil deve ganhar ainda mais posições no *ranking* dos principais pólos de atração de IDE. Em 2007 o Brasil já passou da vigésima segunda para a décima quarta posição dos países que mais atraem IDE no Mundo. Entre os países emergentes, o salto do Brasil foi da oitava para a quarta posição. Entre os emergentes que mais receberam IDE em 2007, estamos só abaixo da China, Hong Kong e Rússia.

Quais as características dos fluxos de IDE no Mundo? Primeiro, há uma tendência de aumento da participação da indústria extrativa mineral. A participação desse setor nos fluxos globais de IDE aumentou de 7% no início dos anos 90 para 13% no período 2004-2006. O Brasil não constitui exceção. Em meados dos anos 90 a participação desse setor no estoque de IDE no Brasil era de 1,6%. Em 2008 este setor responde por 22,3% dos fluxos de IDE recebidos. E as perspectivas são promissoras: Estima-se que as reservas petrolíferas do pré-sal alcancem até 80 bilhões de barris de petróleo. A confirmação deste volume colocaria o Brasil na posição de detentor da sexta maior reserva petrolífera do Mundo, com até 93 bilhões de barris, à frente da Venezuela, da Rússia e da Líbia.

A segunda característica do IDE no Mundo refere-se ao fato de que este continua dominado por capitais de países desenvolvidos. Se considerarmos todos os países da Europa, além de Japão e Estados Unidos, teremos que 85 de cada 100 empresas transnacionais no Mundo têm suas matrizes nestes países. Se contemplarmos apenas 5 países, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Reino Unido, teremos que 73 de cada 100 transnacionais são daí provenientes. Se formos ainda mais específicos e considerarmos um único país, os Estados Unidos, veremos que mais da metade das empresas transnacionais do Mundo, 53 em cada 100, são daí originárias.

A economia brasileira não foge a essa regra. Nas primeiras posições do *ranking* dos 20 principais países com maiores ingressos de IDE no Brasil continuam a constar países tradicionalmente exportadores de capital. Este é o caso dos Estados Unidos, França e Alemanha, que persistem em destaque no *ranking* dos principais investidores estrangeiros. Mas isso não significa que não haja mudanças no perfil do investidor. Em verdade, aumenta nos últimos anos a parcela de IDE de economias emergentes e em desenvolvimento. São ingressos pulverizados, mas que em seu agregado perfazem parcela crescente: a participação de economias emergentes no total de IDE recebido pelo Brasil, exclusive paraísos fiscais, aumentou de 0,9% para 6,7% entre 2000 e 2007, com destaque para os fluxos do Chile e México. Esta também constitui uma tendência global. Em 1990 o IDE desses países representava 5,9% do IDE global. No último dado disponível esta participação já havia crescido para 20,5%. Neste movimento de crescente relevância de países emergentes nos fluxos de IDE a economia brasileira assume papel não apenas passivo, como destino de IDE de outros emergentes, mas também ativo, como origem. Isso explica o movimento da internacionalização da empresas brasileiras.

Quais os benefícios do aumento de fluxos de IDE para o Brasil? Há pelo menos três, todos aplicáveis atualmente à economia brasileira. Primeiro, o IDE, quando voltado para operações de *greenfield*, possibilita expandir a capacidade instalada de produção industrial premida pela demanda aquecida e, assim, arrefecer pressões inflacionárias. Diga-se de passagem, informação do Banco Central de 2007, último dado disponível, indica que 70% dos ingressos de IDE no Brasil estão voltados para operações de *greenfield*, contra apenas 11% da média mundial.

Um segundo benefício resulta do fato de o IDE, seja de empresas estrangeiras no Brasil ou de brasileiras no exterior, implica não apenas em reduzir custos, ganhar escala e acessar matérias-primas. Implica principalmente na criação de valor adicionado, na difusão de novas tecnologias aplicadas a produtos e processos, na exposição às melhores práticas gerenciais e na inovação em escala global. Vale comentar que o processo de internacionalização contempla não só a produção, mas também, e cada vez mais, funções corporativas, como serviços de logística e de pesquisa e desenvolvimento. E isso pode ser quantificado. De acordo com pesquisa do IPEA, empresas transnacionais instaladas no Brasil investem parcela maior de seu faturamento em gastos relacionados a atividades inovativas do que a média da indústria brasileira. Além disso, empresas brasileiras que buscaram no exterior fontes de informação para suas inovações apresentam maior probabilidade de obterem melhor desempenho exportador. Ou seja, há evidências de que o aumento da competitividade das firmas é influenciado positivamente por inovações tecnológicas resultantes do processo de internacionalização, e que tal competitividade auxilia nas suas exportações.

Um terceiro benefício do IDE se dá no âmbito do balanço

de pagamentos. Em momentos de déficit em conta corrente, o IDE pode representar contrapartida à deterioração do saldo em transações correntes. Esse fenômeno é especialmente evidente no momento atual. Além do crescimento a maior das quantidades importadas frente às exportadas, o saldo da balança comercial se beneficia cada vez menos dos termos de troca, ou seja, da relação entre preços de exportações e preços de importação. Mas se por um lado as transações correntes sofrem pela redução do saldo da balança comercial, por outro os ingressos IDE ainda são mais do que suficientes para compensar essa deterioração. De fato, as necessidades de financiamento externo nos últimos 12 meses ainda refletem a superioridade dos fluxos de IDE frente ao déficit em conta corrente.

Mas a trajetória de deterioração do saldo em transações correntes sinaliza que o atual nível de ingressos de IDE poderá não ser suficiente para compensá-lo no futuro. Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para atração de IDE. Há pelo menos 2 frentes que o governo brasileiro poderia tomar. Primeiro, acordos de investimento. Um número crescente de controvérsias entre países hospedeiros e investidores estrangeiros vem sendo verificado, inclusive envolvendo empresas brasileiras na América Latina. Acordos de investimento constituem a forma mais barata e rápida de resolver divergências entre investidores estrangeiros e países hospedeiros. Cabe comentar que estes contemplam não apenas a proteção ao investimento, mas também o seu fomento. Isso inclui medidas como a melhora das políticas direcionadas ao IDE, a transparência do marco regulatório, a troca de informações com vistas a novas oportunidades de investimento e o compartilhamento de riscos. Nos últimos 10 anos o Brasil assinou apenas 12 acordos de bitributação. Em termos de acordos de investimento, por sua vez, foram apenas 2 assinados. Com isso, o país coloca-se na posição 157 entre 177 países da amostra da Unctad em termos de realização de acordos de investimento. Trata-se de posição inferior à de Malawi, Burundi e da Suazilândia.

Uma segunda frente que o governo brasileiro, sem dúvida, se dá no âmbito tributário. Pesquisa recente da Unctad indica que o fator tributário não é, definitivamente, um atrativo do Brasil frente a outras economias emergentes na disputa por fluxos de IDE. Segundo dados do IPEA, a carga tributária brasileira aumentou de 24,4% do PIB para 33,8% entre 1991 e 2005, último dado disponível. Além da carga elevada, há diferentes aspectos que prejudicam a racionalidade tributária. Entre tais aspectos estão a incidência do mesmo tributo em diferentes fases da produção com restrições à compensação, o cálculo do imposto sobre o seu próprio valor, o recolhimento de impostos antes do faturamento, entre outros. Estes aspectos acabam por repelir a entrada de novos fluxos de IDE, além de constituírem entraves à competitividade empresarial. O Brasil não estará imune a esse movimento.

Em 2007 os fluxos globais de IDE atingiram nível recorde. Estes aumentaram em 29,9% sobre 2006, atingindo recorde de US\$ 1,833 trilhão. O estoque de IDE alcançou

US\$ 15 trilhões. O faturamento de empresas transnacionais foi de US\$ 31 trilhões, um crescimento de 23% sobre 2006. O número de empregos em 79 mil empresas transnacionais superou 82 milhões. O Brasil se beneficiou largamente desse movimento: o IDE para o Brasil cresceu em 83,7% ante 2006, para o recorde de US\$ 34,6 bi. Essa taxa de crescimento foi quase 3 vezes maior que a do IDE no Mundo. Estes fluxos para o Brasil cresceram mais rapidamente do que investimentos nacionais, elevando a relação entre IDE e formação bruta de capital fixo para 15%, taxa superior à média mundial.

A partir de agora, entretanto, esse cenário benigno passa a se reverter. A combinação de retração do crédito, preços de *commodities* em queda e desaceleração da atividade econômica já provocam inflexão acentuada dos fluxos globais de capitais. A economia brasileira não estará imune a esse cenário de retração e terá de disputar com outros países por investimentos diretos. E isso ocorrerá justamente em um momento de deterioração do seu saldo em transações correntes. Diante disso, mais do nunca se tornam necessárias políticas públicas voltadas para atração e manutenção de IDE para o país.

## SOBEET- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS E DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

**PRESIDENTE e DIRETOR FINANCEIRO:** Luis Afonso Lima (Grupo Telefônica)

**VICE-PRESIDENTE:** Reynaldo Passanezi (BBVA)

**DIRETOR:** Nicola Tingas

**DIRETOR:** Fernando de Paula Rocha (JGP Gestão de Recursos)

**DIRETOR:** Mario Antonio Margarido (Instituto de Economia Agrícola)

**DIRETOR:** Geraldo Thomaz Rinaldi Jr. (BES Investimento do Brasil)

### CONSELHO CONSULTIVO:

**PRESIDENTE:** Hermann Wever (Siemens Brasil)

**André Costa Carvalho;** Antônio Corrêa de Lacerda (PUC-SP); **Antonio Prado** (BNDES); **Armando Castelar Pinheiro** (IPEA); **Arno Meyer** (Ministério da Fazenda); **Carlos Eduardo Carvalho** (PUC-SP); **Carlos Kawai;** **Christian Lohbauer** (ABEF); **Gustavo Franco** (PUC-RJ); **John E. Mein** (Consentes); **Luciano Coutinho** (BNDES); **Marcelo Resende Allain** (Barclays Global Investors); **Maria Helena Zockun** (FIPE-USP); **Maurício Mesquita Moreira** (BNDES); **Octavio de Barros** (Bradesco); **Otaviano Canuto** (BIRD); **Renato Baumann**(UnB/ CEPAL-Brasil); **Ricardo Bielschowsky** (CEPAL-Brasil); **Rolf-Dieter Acker** (BASF); **Rubens Barbosa** (Ex-Embaixador do Brasil em Washington); **Rubens Ricupero** (Ex-Secretário Geral da UNCTAD) ; **Sandra Polônia Rios** (CNI); **Vera Thorstensen** (Missão do Brasil na OMC); **Virene Roxo Matesco** (EPGE/IBRE-FGV-RJ); **Winston Fritsch** (Lehman Brothers); **Yoshiaki Nakano** (FGV-SP)

## MANTENEDORES



**ThyssenKrupp Metalúrgica  
Campo Limpo**

Uma Empresa ThyssenKrupp Technologies



**ThyssenKrupp**